

Análise da geração e distribuição de valor adicionado através da DVA: um estudo aplicado no setor de papel e celulose

Julio Henrique Machado
Rogério Rocha das Chagas

RESUMO

O presente trabalho se insere em um contexto de responsabilidade social e ambiental, em que as grandes empresas se deparam com uma forte cobrança da sociedade. Entre as companhias que causam grandes impactos sociais e ambientais encontram-se aquelas ligadas ao setor de papel e celulose. Assim, surge o seguinte problema a ser pesquisado: quais os principais beneficiários da riqueza gerada pelas empresas do setor de papel e celulose? O objetivo geral foi estudar e analisar a distribuição de riqueza gerada por três grandes empresas do referido setor. O método utilizado foi bibliográfico, documental e descritivo, no qual, por meio de dados extraídos da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) das empresas em estudo, foi possível calcular indicadores que demonstram a distribuição de riqueza das companhias. Constatou-se que estas empresas têm grande capacidade de gerar riqueza e que instituições financeiras, fornecedores e funcionários são os maiores beneficiários de sua distribuição.

1 INTRODUÇÃO

Como fruto da globalização da economia, a sociedade tem exigido das grandes companhias uma responsabilidade ética que proporcione maior proteção ao meio ambiente, evitando impactos ambientais e sociais. Gradativamente, as empresas vêm procurando atender aos anseios da sociedade, preocupando-se mais com questões ambientais e sociais.

Com a nova consciência ecológica e social das empresas a contabilidade vem evoluindo, para atender não só as necessidades econômico-financeiras dos seus usuários, mas também aquelas de caráter social e ambiental. Como fruto dessa evolução podem-se citar o Balanço Social, como um relatório de sustentabilidade em que a empresa mostra suas ações e investimentos para promover melhorias à sociedade e ao meio ambiente; e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), com informações de natureza social e foco diferente das demais demonstrações financeiras (contábeis) exigidas pela Lei das Sociedades por Ações. Entre as empresas com grande preocupação ambiental, têm-se aquelas ligadas ao setor de papel e celulose. Esse setor se destaca por praticar várias ações sociais, como reflorestamentos e preservação ambiental.

Neste contexto, surge o seguinte problema a ser pesquisado: quais os principais beneficiários da riqueza gerada pelas empresas do setor de papel e celulose?

Para responder à pergunta destacada, o trabalho se desenvolve com o objetivo de estudar e analisar a distribuição de riqueza gerada por três grandes empresas do setor de papel e celulose. Como auxílio ao cumprimento do objetivo geral, tem-se como objetivo específico buscar conhecimento sobre Contabilidade Ambiental, Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado.

Por meio de trabalho bibliográfico, documental e descritivo, extraindo dados da Demonstração de Valor Adicionado, foi pos-

sível calcular indicadores que demonstram a geração e distribuição de riqueza das companhias.

O estudo torna-se importante por se inserir em um período em que é crescente a preocupação com relação à preservação ambiental e responsabilidade social.

O trabalho se desenvolve descrevendo o referencial teórico no Capítulo 2, dividido nos tópicos Contabilidade e Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado. Posteriormente, no Capítulo 3, foi demonstrada a metodologia e descritos os resultados encontrados. A comparação do referencial teórico com os resultados da metodologia proveu fundamentos para as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade e Balanço Social

Em decorrência da evolução do capitalismo, observou-se, a partir dos anos 60 do século 20, nova demanda por informações. Essa surgiu por parte da insatisfação dos trabalhadores assalariados ao se depararem com os crescentes lucros gerados pelas grandes empresas em contraste com a situação precária de trabalho e salários que não acompanhavam a evolução dos resultados apresentados. O advento da necessidade de informações de caráter social fez com que estas fossem vinculadas às demonstrações contábeis.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p. 28) a contabilidade considerada como ciência de reportar informação, para os mais diferentes usuários, consubstancia-se na elaboração do Balanço Social pela França em 1977 e por outros países a partir dos anos 1980.

O Balanço Social surgiu nesse contexto, sendo que, para Tinoco e Kraemer (2008), esta demonstração pode ser definida como um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações finan-

ceiras, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, que podem ser entendidos como seus parceiros sociais.

As demonstrações contábeis que eram divulgadas frequentemente pelas empresas tratavam apenas de assuntos financeiros. Assim, o Balanço Social surgiu com o propósito de acrescentar às demonstrações financeiras as informações de caráter social e ambiental.

Percebe-se que a proposta do Balanço Social é essencialmente cívica. Permite à sociedade exercitar vigilância sobre os compromissos sociais das companhias. É um instrumento de vigilância e controle coletivo dos ganhos acumulados das grandes corporações. Os autores acrescentam que a sociedade brasileira certamente terá maiores benefícios na consolidação de um país mais justo e democrático.

Ainda, para Tinoco e Kraemer (2008, p. 88), o Balanço Social contempla uma série de informações de caráter qualitativo. Entre as mais importantes destacam-se as relativas ao meio ambiente, ao treinamento e formação continuada dos trabalhadores, às condições de higiene e à segurança no trabalho, às relações profissionais, às contribuições das entidades para a comunidade, explicando a responsabilidade social e corporativa das organizações.

Por consequência da grande degradação do meio ambiente o Balanço Social passou a ser publicado por vários países tendo, como motivo principal da sua existência, a necessidade de informações exigidas pelos usuários em geral. Entretanto, até o presente momento não é uma demonstração obrigatória no Brasil, podendo vir a ser com o decorrer dos anos, já que assim ocorre em outros países.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Dentro do contexto do Balanço Social surgiu a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que destaca benefícios socioeconômicos gerados pela empresa e sua distribuição para todas as partes interessadas.

A Demonstração do Valor Adicionado teve início na Europa, por influência da Grã-Bretanha, e tem sido cada vez mais difundida e adotada por outros países como Alemanha, Inglaterra, França, Portugal e Itália.

Por conter informações de caráter econômico e social, tem sido cada vez mais demandada em nível internacional, inclusive por recomendações das Organizações das Nações Unidas (ONU).

Conforme interpretam Santos e Schimidt (2009, p. 384): "A alteração do art. 176 da lei nº 11.638/2007 inclui a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no conjunto das demonstrações financeiras a serem elaboradas, divulgadas e aprovadas pela Assembléia Ordinária". Assim, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) determina as melhores práticas para essa demonstração, através do Pronunciamento Técnico CPC 09:

A entidade deve elaborar a DVA e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

A legislação societária brasileira anterior não considerava a DVA como demonstração obrigatória a ser divulgada pelas sociedades anônimas. Com o surgimento da Lei 11.638/2007, as companhias abertas tiveram a obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado. Segundo Santos e Schimidt (2009, p. 384):

A obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas companhias abertas não faz parte do escopo da estrutura para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras do International Accounting Standards Board – IASB (Conselho de padrões de Contabilidade Internacional), nem dos United States Generally Accepted Accounting Principles – US-GAAP (princípios de contabilidade geralmente aceitos norte-americanos).

De acordo com a citação, ao obrigar a publicação da Demonstração do Valor Adicionado, a legislação societária não convergiu necessariamente para as normas internacionais, pois esta demonstração não é regulamentada pelo IASB, sendo que, para o legislador, a referida demonstração faz parte de informações complementares.

Ribeiro, O. (2009) interpreta que a demonstração evidencia o quanto de riqueza uma empresa produz, ou seja, o valor adicionado aos fatores de produção, bem como a forma como esta riqueza foi distribuída, ou mesmo retida.

Marion (2010) comenta que a riqueza gerada pelas empresas pode influenciar diretamente a formação do Produto Interno Bruto (PIB), e por isto tem sido uma demonstração muito relevante em países emergentes.

Para Ribeiro, M. (2009, p. 229), a DVA representa um grande avanço na ciência contábil, especialmente porque, ao evidenciar a riqueza gerada pela empresa e a forma como foi distribuída, os indicadores e informações de natureza social que ela oferece atingem um universo maior de usuários.

A Demonstração do Valor Adicionado deve ser elaborada com base em dados oriundos da contabilidade, portanto extraídos de registros efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Nesse contexto, Atrill e McLaney (2005) comparam a DVA com a Demonstração do Resultado (DRE), afirmando que ambas são baseadas no regime de competência. Adicionam que essa demonstração é importante em um contexto no qual se entende que as empresas são criadoras de valor sobre bens ou serviços. Para os autores, a grande vantagem da DVA é proporcionar melhores relações com os *stakeholders* da empresa, já que os resultados gerados por uma organização não interessam apenas aos acionistas, mas também ao mercado de modo geral. Esta comparação é interpretada por Ludícibus *et al.* (2010) ao afirmarem que a DRE utiliza o critério da natureza (ao enfatizar o lucro líquido), enquanto a DVA usa o critério do benefício.

Entre outras vantagens da DVA, Dalmácio (2004) cita também a melhoria no clima organizacional e a satisfação dos funcionários, bem como uma possível medição do tamanho e importância das empresas para a sociedade.

Por fim, é importante relacionar a DVA com a Teoria da

Empresa. Essa teoria, segundo Kam (1990), reza que a empresa é vista como uma instituição social em que as decisões tomadas afetam um número de partes interessadas, no caso, os *stakeholders*.

Ludícibus e Lopes (2004) interpretam essa teoria afirmando que a empresa é considerada como um conjunto de contratos entre os diversos participantes. É fundamental que os contratos sejam exercidos da forma mais harmônica possível, pois o funcionamento adequado da empresa, segundo os autores, depende do equilíbrio contratual estabelecido. Uma grande empresa não pode operar importando-se apenas com os interesses dos acionistas, por ter ela uma função para com a sociedade. À medida que a empresa demanda capital monetário, humano e material nas suas atividades, precisa pagar todos os aportadores desses recursos.

Como a DVA é uma importante demonstração financeira, conforme descrito, deve ser inserida no grupo de fontes de consulta para análise de desempenho. Segundo Bernstein e Wild (2000) afirmam, os propósitos da análise de balanços podem depender da perspectiva e da necessidade de informação por parte dos usuários e que cada grupo tende a focar sua análise na geração de informações que melhor lhe convier; portanto, se espera que, com o tempo, a análise desta demonstração através de indicadores se torne tão comum quanto a análise das demais demonstrações. Corroborando, Ferrari *et al.* (2008) comentam que, se um analista não conhece as características de determinada demonstração financeira, ao analisá-la pode perder importantes oportunidades de investimento e de diversificação de risco.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

Para a consecução do presente trabalho, foi adotada a

pesquisa descritiva, a qual, conforme Beuren (2009), tem como principal objetivo relatar as características de determinada população ou fenômeno. Quanto aos meios a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental, tendo como fontes de consulta livros, artigos e informações das companhias fornecidas em seu endereço eletrônico, a exemplo das demonstrações contábeis e relatórios anuais.

3.2 Descrição das empresas em estudo

As empresas estudadas pertencem ao setor de papel e celulose, cujo ramo industrial exige o uso intensivo de energia e água e depende totalmente de fibras naturais recicladas. Estas companhias se preocupam com o meio ambiente e publicam anualmente demonstrações que evidenciam informações socioambientais, entre elas a DVA, que passou a fazer parte do conjunto obrigatório de demonstrações contábeis conforme o artigo 176 da Lei 11.638/07 e do Pronunciamento CPC 26.

As empresas demonstram que o setor se preocupa em preservar o meio ambiente com projetos como reflorestamento, controle e a reciclagem de sobra de resíduos que são prejudiciais à natureza e também com a realização de grandes projetos sociais, melhorando a qualidade de vida da população que mora nas regiões onde estão instaladas.

Foram estudadas as empresas: a) Suzano Papel e Celulose S.A.; b) Celulose Irani S.A.; c) Klabin S.A.

3.3 Indicadores de análise

São apresentados neste tópico os indicadores para análise e interpretação da DVA das três empresas em estudo. Estes indicadores são descritos por Dalmácio (2004) e Marion (2010), e constam no Quadro 1:

Indicador	Fórmula	Significado das Siglas	Interpretação
Retenção de Receita – RR	$\frac{VAT \times RT}{100}$	VAT = Valor Adicionado Total RT = Receita Total	Quanto da receita transforma-se em Valor Adicionado. Pode também ser entendido como um indicador da capacidade de produzir Valor Adicionado.
Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza – CAGR	$\frac{VAT \times AT}{100}$	VAT = Valor Adicionado Total AT = Ativo Total	Indica o percentual de geração de Valor Adicionado em relação ao total investido em ativos.
Contribuição do PL na Geração de Riqueza – CPLGR	$\frac{VAT \times PL}{100}$	VAT = Valor Adicionado Total PL = Patrimônio Líquido	Indica a participação do capital próprio na geração de Valor Adicionado.
Participação dos Empregados no Valor Adicionado – PEVA	$\frac{VADE \times VAT}{100}$	VADE = Valor Adicionado Distribuído aos Empregados VAT = Valor Adicionado Total	Indica a porcentagem do Valor Adicionado gerado que foi direcionado aos funcionários da empresa.
Participação de Governos no Valor Adicionado – PGVA	$\frac{VADG \times VAT}{100}$	VADG = Valor Adicionado Distribuído aos Governos VAT = Valor Adicionado Total	Indica a porcentagem do Valor Adicionado gerado pela empresa que foi direcionado a Governos.

Indicador	Fórmula	Significado das Siglas	Interpretação
Participação de Terceiros no Valor Adicionado – PTVA	$\frac{VADT \times VAT}{100}$	VADT = Valor Adicionado Distribuído a Terceiros VAT = Valor Adicionado Total	Indica a porcentagem de Valor Adicionado distribuído como remuneração à utilização de capital de terceiros.
Participação de Acionistas no Valor Adicionado - PAVA	$\frac{VADA \times VAT}{100}$	VADA = Valor Adicionado Distribuído aos Acionistas VAT = Valor Adicionado Total	Indica a porcentagem da riqueza gerada pela empresa que foi distribuída aos acionistas em forma de remuneração.

Quadro 1 – Indicadores para análise da DVA

Fonte: elaborado pelos autores.

Os indicadores do Quadro 1 podem ser divididos em dois grupos, conforme Iudícibus *et al.* (2010). Os três primeiros são classificados como indicadores de geração de riqueza. Os quatro seguintes são classificados como indicadores de distribuição de riqueza.

Os indicadores descritos serão calculados no período de 2008, 2009 e 2010. Os resultados constam na próxima seção.

3.4 Resultados e discussões

Neste tópico foram apresentados e interpretados os resultados referentes à aplicação dos índices. Optou-se por, primeiramente, analisar cada companhia individualmente. Feito isso, procedeu-se à comparação dos desempenhos das empresas em conjunto.

3.4.1 Suzano Papel e Celulose S.A.

A Tabela 1 apresenta os resultados da empresa Suzano Papel e Celulose S.A.:

Tabela 1 – Indicadores da Suzano Papel e Celulose S.A.

Indicadores	Resultados				
	2008	2009	2010	Média	Desvio padrão
RR	40,50	23,60	35,70	33,27	8,70
GCAGR	15,20	8,60	10,50	11,43	3,39
GCPLGR	52,80	24,90	22,90	33,53	16,71
PEVA	20,70	37,40	25,90	28,00	8,54
PGVA	-7,30	28,90	9,20	10,27	18,12
PTVA	109,40	46,80	26,10	60,77	43,37
PAVA	0	21,10	11,10	10,73	10,55

Fonte: elaborada pelos autores. * valores expressos em %.

Relativamente à retenção de receita, demonstrada pelo índice RR, nota-se que boa parte desta é destinada a insumos. Ou seja, a parcela que constitui o valor adicionado, a ser destinado a empregados, remuneração a capital de terceiros e próprio, entre outros, foi pequena, sendo, em média, 33,27%. Observa-se que o percentual praticado em 2010 não foi o suficiente para retomar o patamar do início da série, tendo em vista

a forte queda em 2009.

É possível notar que a relação entre valor adicionado e investimento em ativos, obtida no índice GCAGR é, em média, de 11,43%. O resultado obtido em 2008 declinou nos anos seguintes.

A contribuição do capital próprio na geração de riqueza decresceu nos três anos. De 52,80% em 2008 caiu para 22,90% em 2010. Apesar da média de 33,53%, deve-se ressaltar que este indicador está em declínio. Face à pequena parcela de valor adicionado comparada ao capital próprio, entende-se que a empresa é pouco endividada.

No que se refere à distribuição do valor adicionado, observa-se que instituições financeiras e demais fornecedores de recursos foram os principais beneficiários. Do total de riqueza criada, 60,77% em média foram distribuídos a estes grupos, através de despesas financeiras e juros.

Entretanto, é importante ressaltar que o valor destinado aos grupos está em forte declínio. Seguindo na ordem de beneficiários, constatam-se: funcionários, acionistas e governo. Apesar das disparidades e variações, os dois principais beneficiários mantiveram suas posições nos três anos estudados.

3.4.2 Celulose Irani S.A.

Os dados da companhia Celulose Irani S.A. estão apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 – Indicadores da Celulose Irani S.A.

Indicadores	Resultados				
	2008	2009	2010	Média	Desvio padrão
RR	37,40	38,50	44,50	40,13	3,82
GCAGR	33,40	40,10	22,50	32,00	8,88
GCPLGR	377,10	231,30	55,20	221,20	161,18
PEVA	33,70	28,10	25,80	29,20	4,06
PGVA	21,20	17,60	19,50	19,43	1,80
PTVA	74	33,10	39,90	49,00	21,91
PAVA	0	1,90	3,80	1,90	1,90

Fonte: elaborada pelos autores. * valores expressos em %.

A retenção de receitas da empresa aumentou durante os anos de acordo com o índice RR, demonstrando que funcionários, acionistas e governo obtiveram aumento em seu valor adicionado. A média de 40,13% em relação à receita do período, aliada ao baixo desvio padrão, supõe que o valor adicionado é crescente e constante.

Observa-se que a relação entre valor adicionado e investimento em ativos, obtida no índice GCAGR, é em média 32%. Mas o desvio padrão, bem como a discrepância entre as médias obtidas nos três anos, demonstra que esta geração não é constante.

Sobre a geração de valor adicionado através da utilização de capital próprio, sua média foi bastante expressiva, 221,20%. Devido ao alto resultado, espera-se que a empresa tenha maior dependência de recursos de terceiros, já que o Patrimônio Líquido é pequeno em relação ao valor adicionado.

Ao estudar a distribuição da riqueza gerada, a ordem de beneficiários foi a seguinte: instituições financeiras, funcionários, governo e acionistas. O valor destinado a instituições financeiras, em forma de juros, diminuiu consideravelmente a partir de 2008. Apesar das disparidades e variações, os dois principais beneficiários mantiveram suas posições nos três anos estudados.

3.4.3 Klabin S.A.

Os dados da companhia Klabin S.A. estão apresentados na Tabela 3:

Tabela 3 – Indicadores da Klabin S.A.

Indicadores	Resultados				
	2008	2009	2010	Média	Desvio padrão
RR	33	51,70	39,50	41,40	9,49
GCAGR	15,40	24,50	163,20	67,70	82,83
GCPLGR	56,50	82,20	38,80	59,17	21,82
PEVA	29,10	15,90	23,10	22,70	6,60
PGVA	22,70	42,90	32,40	32,67	10,10
PTVA	95,40	24,30	16,50	45,40	43,47
PAVA	0	9,20	9	6,07	5,25

Fonte: elaborada pelos autores. * valores expressos em %.

Entre as empresas estudadas, a Klabin S.A. apresentou a maior média de retenção de receita, 41,40%, sendo, comparativamente, a que se mostra mais capaz de transformar a receita em valor adicionado. Porém, esta capacidade pode ser contestada, devido ao maior desvio padrão entre as empresas, já que o resultado do indicador apresentou forte oscilação entre os três anos. Essas oscilações geram incerteza em relação a projeções de capacidade futura de formação de riqueza, apesar de a menor média da série ter sido a do primeiro ano.

Nota-se também um bom resultado no índice GCAGR, que obteve um aumento significativo no decorrer dos anos estudados, conseguindo uma média de 67,70% de riqueza em re-

lação ao ativo total. Foi a maior entre as empresas estudadas. Isso demonstra que no ano de 2010 a empresa utilizou melhor os seus ativos na geração de riqueza.

A geração de valor adicionado em relação ao capital próprio representou, em média, 59,17%.

Quanto à distribuição do valor adicionado, percebe-se que as instituições financeiras sobressaíram. Porém, a remuneração ao capital de terceiros diminuiu consideravelmente, demonstrando que a empresa passou a apresentar menor dependência a esta fonte de recursos. Em seguida, o governo apareceu como a segunda principal destinação da riqueza gerada e, posteriormente, funcionários e acionistas.

3.4.4 Comparação conjunta

Após o estudo dos resultados individuais de cada empresa, será feita, neste tópico, a comparação dos resultados, que consta nos gráficos 1 a 3.

No Gráfico 1 observa-se a comparação dos níveis de retenção de receita:

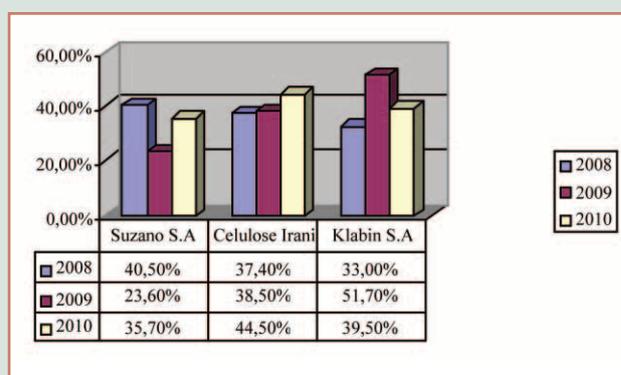


Gráfico 1 – Retenção de receita.

Fonte: elaborado pelos autores

Observa-se que as maiores oscilações, conforme já descrito, foram nas empresas Suzano S.A. e Klabin S.A. A geração de Valor Adicionado na Celulose Irani S.A. foi crescente e constante nos três anos, partindo de 37,40% em 2008 para 44,50% em 2010.

A contribuição do Ativo na geração de riqueza das três empresas em estudo será demonstrada no Gráfico 2:

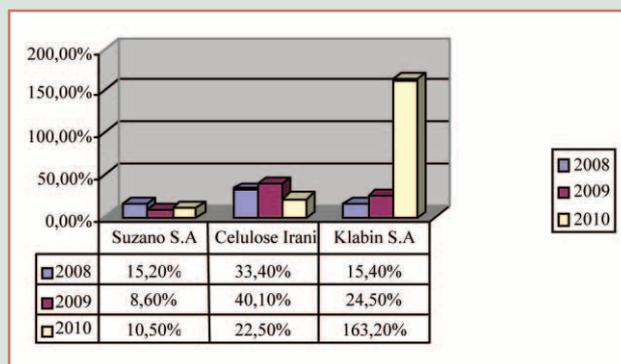


Gráfico 2 – Contribuição dos ativos na geração de riqueza.

Fonte: elaborado pelos autores

Nota-se no Gráfico 2 uma forte dispersão apresentada pela companhia Kablin S.A., que no ano de 2010 obteve o maior resultado da série, sendo 163,20%. Isso demonstra que a empresa melhorou a forma de utilização de seus ativos na produção de riqueza. Para as demais empresas, o baixo resultado demonstra que o valor adicionado obtido é pequeno em relação ao volume total de investimentos em ativos. A comparação da participação do patrimônio líquido na riqueza gerada consta no Gráfico 3:

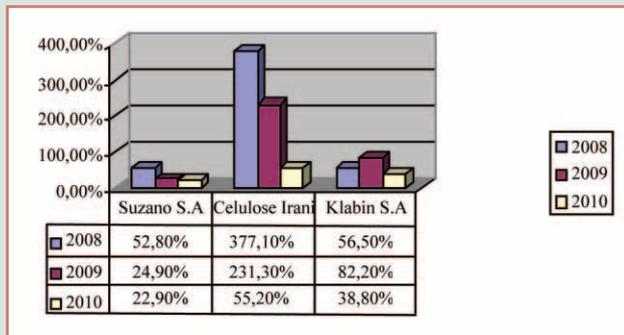


Gráfico 3 – Contribuição de patrimônio líquido na geração de riqueza.

Fonte: elaborado pelos autores

Registra-se, no Gráfico 3, o forte declínio na Celulose Irani S.A. O resultado que era de 377,10% em 2008 caiu para 55,20% em 2010. Devido a essa forte queda, pode-se dizer que a geração de valor adicionado em relação ao capital próprio poderá estar comprometida em exercícios futuros. Essa riqueza passa a ser pequena se comparada com o Patrimônio Líquido da entidade.

Nas demais companhias, o indicador também não demonstrou uma tendência confiável. Pode-se depreender que este indicador é mais difícil de ser interpretado, se comparado com o Valor Adicionado gerado por Ativos. Isso porque o Patrimônio Líquido é mais fortemente influenciado por fatores operacionais e de políticas contábeis do que o Ativo, fazendo com que o resultado do indicador possa oscilar sem explicação plausível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que cresce a preocupação e a conscientização ambiental e social, as grandes empresas têm dedicado maiores esforços nas relações com o meio ambiente e com a sociedade em que estão inseridas.

Nesse contexto surgiu a Contabilidade Ambiental e seus relatórios, entre eles a Demonstração do Valor Adicionado, com o intuito de satisfazer os interesses sociais e ambientais de todos os envolvidos. A DVA possibilita o conhecimento do montante da riqueza gerada e como foi distribuída aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la. Esta demonstração amplia o universo de informações atingido pela contabilidade e tem a vantagem de ser facilmente lida e interpretada.

Considerando a importância dos dados que esta demonstração provê, o trabalho se desenvolveu na tentativa de responder à seguinte questão: "quais os principais beneficiários da riqueza gerada pelas empresas do setor de papel e celulose?"

Por meio de estudo bibliográfico, documental e descritivo, foi possível analisar e interpretar o perfil de geração e distribuição de riqueza do valor adicionado de três empresas do setor de papel e celulose.

Analizados todos os indicadores observou-se que os principais beneficiários da distribuição do valor adicionado das três empresas em estudo foram as instituições financeiras. Na sequência, constataram-se os empregados. O governo e os acionistas foram os que menos participaram na distribuição do valor adicionado das empresas. Como os resultados foram muito próximos nas três empresas, pode-se inferir que existe uma tendência uniforme de distribuição do valor adicionado no setor de papel e celulose. E ainda, tendo em vista terem sido as instituições financeiras o principal beneficiário, observa-se que a utilização de recursos externos para financiar as atividades deve ser uma tendência no setor.

Futuramente, podem ser desenvolvidos trabalhos no sentido de ambientar o estudo a outros setores da economia, bem como de pesquisar as ações sociais e ambientais das companhias.



Julio Henrique Machado

Mestre em Ciências Contábeis – PUCSP. Especialista MBA Internacional em Auditoria, Controladoria e Finanças – FEARP/USP e Bournville Business College – Birmingham/Londres – Inglaterra. Professor da Libertas Faculdades Integradas de São Sebastião do Paraíso – MG. Consultor e pesquisador em contabilidade e finanças. Analista financeiro com Certificação Profissional ANBIMA – CPA10.



Rogério Rocha das Chagas

Estudante do 4º ano de Ciências Contábeis da Libertas – Faculdades Integradas de São Sebastião do Paraíso – MG.

Referências

- ATRILL, Peter; McLANEY, Eddie. **Financial Accounting for Decision Makers**. 4. ed. London: Prentice Hall, 2005.
- BERNSTEIN, Leopold A.; WILD, John J. **Analysis of Financial Statements**. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 2000.
- BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende

às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007
COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado**, de 30 de outubro de 2008, aprovado pela Resolução CFC nº. 1.138/08 e pela Deliberação CVM nº. 557, de 12 de novembro de 2008.

DALMÁCIO, F. Zóboli. Indicadores para análise da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade** n. 149, p. 89-99, Brasília, set./out. 2004.

FERRARI, Elisa R. et al. **Financial Accounting. Il bilancio secondo i principi contabili internazionali**. Milano: Pearson, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio; LOPES, Alessandro B. (coordenadores). **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de Contabilidade Societária. Aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

KAM, Vernon. **Accounting Theory**. 2. ed. Nova Iorque: Wiley, 1990.

MARION, José C. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

SUA EMPRESA ESTÁ PREPARADA PARA O CONECTIVIDADE SOCIAL ICP ?

A **CIVITAS PAM** firmou parceria com a **VALID** Certificadora Digital em Belo Horizonte.

Conheça os benefícios e vantagens da Certificação Digital com a **VALID**, temos o certificado digital ideal para: Conectividade Social ICP, NF-e, DIRF, DIPJ, DCTF, SPED Contábil, SPED Fiscal dentre outros.



www.civitaspam.com
civitaspam@civitaspam.com

(31) 3082-3598



COMPRE AGORA SEU CERTIFICADO DIGITAL:
www.validcertificadora.com.br

VALID
CERTIFICADORA DIGITAL
CLIQUE VALID PRONTO.

